



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

176

(11)

Sétima Câmara Cível

Agravo Regimental nº 196601-0/01

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravado: Elias Brandão Vilela Neto

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

correcções
5408

EMENTA: DIREITO TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. EFEITO SUSPENSIVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANUTENÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO PARA SÓCIO DA EMPRESA DEVEDORA. PRAZO PRESCRICIONAL DE CINCO ANOS A CONTAR DA CITAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA. PERICULUM IN MORA EM DETRIMENTO DA PESSOA FÍSICA, CUJO PATRIMÔNIO FISCAL SEVERAMENTE COMPROMETIDO. SUSPENSÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

- a) É quinquenal o prazo prescricional da pretensão de redirecionamento da Execução Fiscal contra sócio da empresa devedora, por aplicação *praeter legem* do artigo 174 do Código Tributário Nacional, entendimento esposado pelo Superior Tribunal de Justiça em sucessivos julgados;
- b) Inócuos são os argumentos do agravante que não atacam pontos enfrentados na decisão questionada;
- c) Ademais, o *periculum in mora* mostra-se mais nocivo ao agravado, que sofreria uma constrição patrimonial da ordem de mais de meio milhão de reais, comprometendo, inclusive, seu sustento e de sua família, prejuízo que, aliado à iminência de penhora, torna-se, no mínimo, dificilmente reparável;
- d) Agravo Regimental ao qual, unanimemente, nega-se provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo Regimental nº 196601-0/01, em que figuram, como agravante, o **Estado de Pernambuco**, e, como agravado, **Elias Brandão Vilela Neto**,



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

177

(11)

Acordam os Excelentíssimos . Senhores Desembargadores integrantes da colenda Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em **negar provimento ao Agravo Regimental**, tudo de conformidade com os votos anexos, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 18 de maio de 2010.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

178

(11)

Sétima Câmara Cível
Agravado Regimental nº 196601-0/01
Agravante: Estado de Pernambuco
Agravado: Elias Brandão Vilela Neto
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

RELATÓRIO

Tem-se para deslinde o Agravado Regimental de nº 196601-0/01, de autoria do **Estado de Pernambuco**, em detrimento de decisão interlocutória desta relatoria que, nos autos do Agravado de Instrumento nº 196601-0, deferiu a liminar ali pleiteada pelo ora agravado, no sentido de sustar os efeitos de decisão que, nos autos da Execução Fiscal nº 583/02-C, deferira o redirecionamento da exação, da Canidé Petróleo de PE - Transportador Revendedor Retalhista Ltda. para o agravado.

O Estado de Pernambuco ajuizou Execução Fiscal em detrimento da empresa Canidé Petróleo de PE - Transportador Revendedor Retalhista Ltda., para obter, desta, créditos de ICMS inadimplidos pela contribuinte.

Proposta a Execução, em fevereiro de 2004, e citada a executada, esta ofereceu e reforçou, sucessivas vezes, garantias do juízo.

Em agosto de 2009, o Estado de Pernambuco, detectando o cancelamento da inscrição da empresa no CACEPE, requereu a desconSIDERAÇÃO da personalidade jurídica, com assento no artigo 135, III, do Código Tributário Nacional, para responsabilizar, diretamente, por fraude à lei, o Sr. Elias Brandão, ora agravado, sócio-dirigente da contribuinte.

Acatando as razões do exequente, o juízo *a quo* deferiu o redirecionamento da Execução para a pessoa do sócio, ordenando a citação do recorrente, que restou cumprida em 21 de agosto de 2009. Tal provimento motivou a interposição do supracitado Agravado de Instrumento, ao qual, atendendo-se a requerimento do Sr. Elias, deferiu-se efeito suspensivo, para suspender as consequências do redirecionamento, por conta de indícios robustos de prescrição dessa prerrogativa do exequente, em decisão atacada pelo presente recurso, que lhe opõe os seguintes argumentos:

- *Periculum in mora* inverso, tendo em vista a mora para a satisfação dos créditos estatais;



179

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

(11)

- Legalidade do redirecionamento da Execução Fiscal para o agravado, à luz do artigo 135, III, do Código Tributário Nacional, em razão dissolução irregular da empresa devedora;
- Impugnação à avaliação do imóvel indicado à penhora pela empresa devedora.

Sendo o que me pareceu bastante consignar, tenho por relatado o feito.

Recife, 18 de maio de 2010.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



180

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo •

(11)

Sétima Câmara Cível
Agravo Regimental nº 196601-0/01
Agravante: Estado de Pernambuco
Agravado: Elias Brandão Vilela Neto
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

VOTO

Ponderando o primeiro argumento, atinente ao maior prejudicado pela demora, ao scrutarmos as peças processuais, aferimos que se tratava de Execução Fiscal de montante considerável, da ordem de mais de meio milhão de reais. Caso não suspensa a decisão agravada, o agravado permaneceria sujeito a iminente penhora, que poderia vir a se concretizar e redundar em hasta pública antes do desate do agravo em lanço, impondo, ao agravado, prejuízos ingentes – ruína de seu patrimônio –, cuja reparação é, no mínimo, improvável, sem contar que, com a indisponibilidade dos bens do Sr. Elias, o sustento deste e de sua família restaria severamente comprometido.

Já no que atine à relevância dos argumentos embatidos, apreciando as razões recursais à luz do plexo probatório colacionado ao feito, constatamos que a citação da empresa executada se deu, por via editalícia, em 19 de fevereiro de 2004, data da expiração do Edital, consoante corrobora cópia de publicação, em Diário Oficial, juntada à fl. 53 dos autos.

Ocorre que, enquanto a citação da pessoa jurídica se dera em 2004, o sócio-diretor apenas veio a ser chamado para o processo no final de 2009 (novembro), portanto, mais de cinco anos após aquela data. O transcurso desse quinquênio, como bem ressaltado pela parte recorrida, por ocasião de seu instrumental, redunda na prescrição intercorrente do feito em relação ao terceiro que se almeja responsabilizar.

Aferido o dado objetivo do transcurso do tempo entre uma e outra citações (visto que, tendo a citação da empresa interrompido o lapso prescricional, reiniciou-se, ali, o novo quinquênio), resta-nos saber a quem imputar essa demora.

É importante ressaltar que a prescrição, na órbita tributária, não é definitivamente afastada quando ocorre a propositura tempestiva da Ação de Execução fiscal. Este momento da proposição da ação junto aos órgãos do Poder Judiciário implica apenas a interrupção da prescrição que poderá, no futuro, continuar a ser contada para efeitos de extinção do processo, caso a Fazenda se mostre indolente em perseguir seu crédito.



181

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

(11)

Conclui-se, destarte, que o importante é que o Procurador Fazendário permaneça atento a todas as diligências realizadas dentro do processo, evitando assim a ocorrência de prescrição intercorrente (GALLO, Antonio Felipe A. A Fazenda Pública e a cobrança dos débitos fiscais, Revista dos Tribunais: São Paulo, 1994, pp. 25). *In casu*, porém, das provas colacionadas, vê-se que, transcorrida a Execução já por quase quatro anos, só então, o Estado cismou de requerer a desconsideração da personalidade jurídica com a consequente citação do agravante, que apenas veio ocorrer mais de cinco anos e meio após a interrupção do lapso prescricional.

Destarte, parece-nos caracterizada, ao menos, nesta sede sumária de cognição, a impossibilidade de citação dos sócios, por prescrito o direito creditício. Tal é a jurisprudência prevalente no seio do Superior Tribunal de Justiça:

"TRIBUTÁRIO. PRESCRIÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL. EMPRESA EM SITUAÇÃO IRREGULAR. CITAÇÃO DO SÓCIO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.

1. O Código Tributário Nacional, possuindo status de lei complementar, prevalece sobre as disposições constantes da Lei n. 6.830/80. Assim, a interrupção da prescrição dá-se pela citação pessoal do devedor nos termos do parágrafo único, inciso I, do art. 174 do Código, e não na forma estabelecida no art. 8º, § 2º, da lei mencionada.

2. O redirecionamento da ação executiva fiscal em face do sócio responsável pelo pagamento deve ser providenciado até cinco anos contados da citação da empresa devedora.

3. Recurso especial conhecido e improvido" (STJ, 2ª Turma, REsp 205887/RS, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ 01/08/2005, p. 369).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO PARA O SÓCIO. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. ART. 174 DO CTN.

1. O redirecionamento da execução contra o sócio deve dar-se no prazo de cinco anos da citação da pessoa jurídica, sendo inaplicável o disposto no art. 40 da Lei n.º 6.830/80 que, além de referir-se ao devedor, e não ao responsável tributário, deve harmonizar-se



182

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

(11)

com as hipóteses previstas no art. 174 do CTN, de modo a não tornar imprescritível a dívida fiscal (Precedentes: REsp nº 205.887, DJU de 01/08/2005; REsp nº 736.030, DJU de 20/06/2005; AgRg no REsp nº 445.658, DJU de 16.05.2005; AgRg no Ag nº 541.255, DJU de 11/04/2005).

2. Desta sorte, não obstante a citação válida da pessoa jurídica interrompa a prescrição em relação aos responsáveis solidários, decorridos mais de 05 (cinco) anos após a citação da empresa, ocorre a prescrição intercorrente inclusive para os sócios.

3. In casu, verifica-se que a empresa foi citada em 11/09/1998. O feito foi redirecionado e a citação do sócio ocorreu em 09/07/2004. Evidencia-se, portanto, a ocorrência da prescrição.

4. Agravo regimental desprovido." (STJ, 1ª Turma, AgRg no REsp 966221/RS, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 13/11/2008).

Em nossa decisão liminar, já ressaltáramos o aspecto da – ao menos, aparente – prescrição do direito ao redirecionamento da Execução ao sócio da empresa. Entretanto, ao redarguir, o Estado de Pernambuco cingiu-se a atacar pontos completamente irrelevantes ao ato impugnado, tais quais o atendimento às hipóteses do artigo 135 do Código Tributário e a discordância em relação às garantias ofertadas pela empresa devedora, silenciando, completamente, acerca da prescrição, que, portanto, não se logrou infirmar, ao menos, nesta seara recursal.

Diante do exposto, **voto pelo desprovimento do presente recurso.**

É como voto.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relat